

Mediações tecnológicas?¹

Rita Virginia ARGOLLO²
José Pedro de CARVALHO NETO³
Julianna Nascimento TOREZANI⁴

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA

RESUMO

É possível se falar em mediação tecnológica? Este texto traz reflexões iniciais acerca do termo mediação e seus usos, a partir de inquietações provocadas pela crescente associação da noção de mediação a tecnologias e processos educativos. Refletimos sobre o referido conceito com base em autores como Martín-Barbero (2009) e Santalella e Cardoso (2020). Na perspectiva da cultura digital, trazemos Silveira (2018), Lemos (2021) e Morozov (2018). Acerca de interação, trabalhamos com Primo (2008, 2016). Para a interface comunicação-educação, sustentamo-nos em Sodré (2012) e Freire (1996, 1997). Sobre o pensamento da desconstrução, apoiamo-nos em Derrida (1973, 2001, 2005). Trata-se de pesquisa bibliográfica com a qual pretendemos abrir trilhas para novos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; desconstrução; educação; modulação; plataformas digitais.

PENSANDO ALTO

Já nem questionamos o quanto o fatídico 2020 representou um marco para os processos tecnológicos e comunicacionais. Aquele estado de coisas nos trouxe até aqui, cerca de dois anos e meio depois, arrastados por sequelas. O cenário econômico, político, ambiental e sanitário só se agrava, por uma série de razões que não cabem no espaço de reflexão deste texto. E é nesse contexto que nasce a reflexão central que trazemos aqui e que nos aflige de modo mais severo, desde que, como comunicadores e/ou educadores,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Educação. Professora do Curso de Comunicação Social (RTVI) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e-mail: rvargollo@yahoo.com.br.

³ Doutorando em Letras pela UESC. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, e-mail: carvallhoneto@gmail.com.

⁴ Doutora em Comunicação. Professora do Curso de Comunicação Social (RTVI) da UESC, e-mail: juliannatorezani@yahoo.com.br.

fomos também forçados ao isolamento social físico e à reinvenção de nossa práxis pedagógica.

Naquele momento, uma profusão de plataformas comerciais invadiu os ambientes educacionais mais ostensivamente, uma vez que já haviam estruturado estratégias para o investimento nesse setor. Diante das circunstâncias, foi levantada a discussão conceitual acerca da modalidade de ensino que se estabeleceria, passeando entre termos como Ensino Remoto (ER), Ensino Remoto Síncrono Emergencial (ERSE), Educação a Distância (EaD), Educação On-line, entre outros, que se embasavam em perspectivas teóricas e institucionais. No entanto, a adoção de uma certa “mediação tecnológica” — termo que, desde já, colocamos sob suspeita — foi realizada sem quaisquer questionamentos evidentes.

A título de ilustração, fizemos uma breve busca no Portal Periódicos Capes, no intuito de uma sondagem exploratória que nos levasse a uma aproximação quantitativa do tema. A partir do verbete “mediação”, foram encontrados 21.327 resultados de referências on-line. Desse total, 10.444 constavam em periódicos revisados por pares; 49 eram dissertações; 90 resenhas; dois livros e três capítulos de livros. Refinando a pesquisa para “educação mediada tecnologia”, foram obtidos 4.447 resultados, sendo 4.439 artigos, três dissertações e cinco resenhas. Na tentativa de aproximar ainda mais os dados do período de análise, procuramos por “mediação tecnológica pandemia”, alcançando 219 resultados, dos quais 137 se constituíam como artigos científicos revisados por pares.

Diante do uso indiscriminado que tem sido feito do termo, a alta incidência em trabalhos acadêmicos de certo modo já era esperada. Ao nos debruçarmos sobre uma amostra desses trabalhos, destacamos nomenclaturas comuns, como “mediação digital”, “mediação tecnológica”, “mediação remota”, “mediação on-line” e “educação mediada por tecnologias”. Nesse sentido, propomos aqui uma aproximação inicial desta temática, no sentido de provocar para que possamos pensar se, de fato, a proposta de ensino-aprendizagem que nos cabe construir é mesmo essa em que aleatoriamente atribuímos a um aparato maquínico o processo educacional.

Portanto, pretendemos aqui proporcionar alguns subsídios iniciais para que discutamos a noção de mediação e suas interrelações com o fazer comunicativo e educativo diante de uma sociedade pautada pelo chamado capitalismo de plataforma, em que o controle está com um pequeno conglomerado econômico. Esse diálogo se pauta,

principalmente, em bases teóricas como Sodré (2012), Freire (1996, 1997), Silveira (2018), Lemos (2021), Morozov (2018), Primo (2008, 2016), Martín-Barbero (2009) e Santalella e Cardoso (2020); e ainda esboça uma aproxima o com o pensamento da desconstru o, de Derrida (1973, 2001, 2005).

QUE MEDIA O?

Ao propor considera es em torno da no o de media o, não podemos nos furtar de recorrer ao espanhol-colombiano Martín-Barbero, uma das principais referências acerca do tema nos estudos comunicacionais. Após anos debruçado sobre o assunto, chega a se questionar sobre a possibilidade de escrita de uma nova obra, “Das media es aos meios”, dado o rumo tomado pelos estudos sobre as rela es entre comunica o e cultura. E   sob o prisma que permite perceber o entrelaçamento entre os aspectos comunicacional, cultural e político que o autor estabelece bases para o entendimento do que vem a ser media o, atentando para o fatalismo tecnológico como um projeto hegem nico e a tensão “[...] epistemológica e política, entre as *media es históricas* que dotam os meios de sentido e alcance social e o *papel de mediadores* que eles possam estar desempenhando hoje (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 12, grifos do autor).

  evidente o chamado para o estabelecimento de um pensamento crítico no campo da media o de massa, levando os indivíduos   compreensão dos dispositivos e artifícios de produ o, bem como dos rituais de consumo, dos usos tecnológicos, códigos de montagem, que possibilitem a aproxima o do receptor. “Assim, a comunica o se tornou para nós questão de media es mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimentos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 28). E   nesse sentido que propõe um olhar sobre a cultura que seja mais amplo, para além da possível dicotomia entre as visões antropológicas e sociológicas, uma vez que, na tardo-modernidade, essa ideia cede espaço para uma especializa o do cultural, entre bens simbólicos produzidos por máquinas e seus consumidores. Os estudos de recep o precisam estar situados aí, não nas mensagens que circulam, mas nos “[...] conflitos articulados pela cultura” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 302).

Primo (2008, 2016), ao discutir interação⁵ mediada por computador, reforça o caráter de inseparabilidade inerente a esse processo, uma vez que essas interações “[...] vieram demonstrar que pensar a produção e a recepção como pólos que se negam prejudica a compreensão do processo midiático enquanto complexidade não redutível ou particionável” (PRIMO, 2016, p. 30). O pesquisador reforça, desse modo, que além de se tirar o foco dos interagentes individuais, é fundamental que se atente para o que ocorre entre todos os atores envolvidos no processo, seja “[...] entre o interagente humano e o interagente computador, entre duas ou mais máquinas” (PRIMO, 2016, p. 30). Para o autor, o desafio se situa na investigação do que está “entre” os diversos actantes, não em um ou em outro, na emissão ou na recepção. É preponderante extrapolar “[...] em muito as perspectivas transmissionistas e/ou atomizadas” (PRIMO, 2016, p. 30).

Ainda nessa concepção plural das mediações, que contempla a conexão entre diversos actantes, para continuar na linha de Primo e seguindo o pensamento de Bruno Latour, recorreremos a pressupostos de Lemos (2021), quando responde à seguinte provocação: mediação por computador significaria sem mediação? “Claro que não, mas isso não significa que não seja real ou mesmo material” (LEMOS, 2021, p. 69). Nesse sentido, o autor traz para o debate a questão da materialidade dos sistemas tecnológicos: “O virtual não é o imaterial, o ilusório e o fictício associado às tecnologias e redes digitais, mas processo de questionamento e potencialização” (LEMOS, 2021, p. 96). Percebemos, assim, que as mediações ocorrem a partir de um atributo que integra relações, independentemente de que/quem participe delas, e que maquínico e humano, de algum modo, relacionam-se entre si.

A partir de Latour, Santaella e Cardoso (2020) indagam sobre o que estaria nas pontas se considerássemos que a mediação se dá no meio, no entre, envolvendo, assim, apenas dois polos.

Essa abordagem interessa de modo especial, pois permite entender o mediador (e, portanto, o actante) como um elemento operacional das mediações, isto é, aquele que reconfigura a rede em que atua. Dito de outro modo, o conceito de actante está sendo entendido como o elemento mínimo de um processo chamado mediação que, por sua vez, expressa efeitos no funcionamento de outros elementos de uma rede. Vale notar que o elemento mínimo de uma rede nunca está isolado. Actante é só o termo que destaca que a ação tem origens múltiplas,

⁵ Embora Primo não use o termo mediação, e sim interação, optamos por trazê-lo para esta etapa exploratória no sentido de ampliarmos o lastro teórico e a compreensão do objeto.

parte de elementos, mas tal ação não é, de todo modo, exclusiva de um singular, é sempre co-ação, no sentido de ação conjunta (SANTAELLA; CARDOSO, 2020, p. 19-20).

Dessa maneira, ao perceber as mediações permeadas por diversos nós, notamos um elo entre as reflexões de Santella e Cardoso (2020) e Martín-Barbero (2009), quando os primeiros alertam para o fato de que os indivíduos envolvidos no processo podem ser vistos como seres ajustados à lógica do capital, e o último tece uma construção epistemológica propondo a conformação de um olhar crítico ao poder estabelecido. Entendemos que todo ato comunicativo é em si um ato interpretativo que, por si só, produz subjetividades. Além disso, vamos compreendendo gradativamente a multiplicidade de forças envolvidas em um processo de mediação.

MEDIAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO

Algumas noções de mediação já foram colocadas em jogo neste texto, como as de Martín-Barbero (2009), Primo (2008, 2016) e Lemos (2021), mas não é nosso objetivo contestar nem descreditar as noções elaboradas por esses autores, mas sim, por outro lado, lançar uma outra visada (com o filósofo Jacques Derrida, e como um esboço inicial) sobre o tema, tomando riscos, mas sem assumir posições fixas.

Embora ainda sejam incipientes as aproximações entre desconstrução e comunicação (ABREU; COLLING; SILVA, 2020)⁶, podemos notar um gesto desconstrutivista pulverizado em alguns textos que estudamos, como, por exemplo, o de Primo (2008) e Latour, mediado por Santaella e Cardoso (2020). Mas, antes, o que seria desconstrução? Em “Carta a um amigo japonês”, tentando responder a seu interlocutor, Derrida (2005, p. 27) sentencia: “O que a desconstrução não é? É tudo. O que é a desconstrução? É nada!”.

Como podemos notar, a citação acima tira nosso pé e nosso chão. No entanto, de característica aporética, serve-nos de exemplo para demonstrar isso que se dá a ler como desconstrução. Sendo assim, arriscamos dizer, com Derrida (2005), economicamente, que a desconstrução descentraliza, escapa da totalização e põe sob suspeita os modelos. E esse descentramento não ocorre de um fora, mas a partir da estrutura mesma a se descentrar.

⁶ Para aprofundar o tema, recomendamos a leitura deste texto.

Não sendo, pois, uma ontologia, a desconstrução, sempre em movimento, sem totalizar ou conceituar, dá-se a ver sempre como um quase-conceito e, portanto, como um indecidível, isto é, aquilo que escapa da estrutura binária e não se permite a uma clausura do significado. Nosso comprometimento, aqui, é suspeitar do binômio homem-máquina para desestabilizar os sentidos que ele pode operar no termo *mediação tecnológica*.

Mas antes, um desvio. Em “Gramatologia”, Derrida (1973) põe sob suspeita a metafísica da presença ou um certo logofonocentrismo. Dito de outro modo, desconstrói uma ideia da tradição filosófica, pelo menos, de Platão a Saussure, de que a *phoné* (voz, fala) garantiria um acesso imediato ao *logos* (sentido, significado) e, portanto, à presença e à verdade. Haveria, pois, entre *logos* e *phoné* um liame natural. Se de um lado a voz teve sempre uma posição privilegiada, a escrita (rebaixada e com função significante) não passaria de um desvio técnico e representativo, isto é, um perigoso suplemento de presença que ameaçaria a voz e sua suposta verdade.

O gesto da desconstrução desse sistema fala/escrita passa por duas fases — uma de inversão e outra de afastamento. Primeiro, inverte-se a hierarquia binária, pensando a escrita no lugar da fala. Essa inversão, deve-se operá-la, e muito rapidamente, “[...] sem manter qualquer controle sobre a oposição anterior” (DERRIDA, 2001, p. 48). Depois, argumenta o filósofo, é preciso

[...] marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior [...] e, de outro, a emergência repentina de um novo “conceito”, um conceito que não se deixa mais — que nunca se deixou — compreender nesse regime anterior (DERRIDA, 2001, p. 48-49).

Sendo assim, ao se inverter o par fala/escrita, a escrita — derivada, representativa e aquilo que media a fala e, portanto, o sentido —, pensada no lugar da fala, abre a possibilidade para pensar essa fala como uma forma de escrita. Para tornar mais bem compreendida essa afirmação, demos mais um passo atrás. Ainda em “Gramatologia”, Derrida (1973) argumenta que, para Aristóteles, a fala é o significante primeiro, *os símbolos do estado da alma*, e a escrita, por sua vez, *seriam os símbolos dos símbolos primeiros*.

Consequentemente, a *phoné* (voz, fala), desde sempre compreendida por sua proximidade imediata com o *logos* (sentido, significado) e como seu “significante primeiro” (uma anomalia que se fez esquecer), deixa-se ler também como escrita, ou

escrita na voz — eis o que se denomina desconstrução do logofonocentrismo. Essa investida radical de Derrida põe em xeque os pressupostos da tradição metafísica, e o seu pensamento da *écriture*⁷ “[...] apoia-se na dupla necessidade de pensar a filosofia *como texto*, tanto quanto de desconstruir as teorias da linguagem e do signo que informam nossa ocidentalidade” (NASCIMENTO (2015, p. 130, grifos do autor). A crise de representação, isto é, a dificuldade de se representar um conceito ou objeto, é então radicalizada por Derrida.

A linguística de Saussure e seus avanços contribuíram de forma relevante para o pensamento do filósofo, contudo ela não escapou de sua desconstrução. Como sabemos, a noção de signo implica a distinção entre significado e significante. No entanto, contra a tradição, Saussure (2012) sustenta que o signo — *significante* (imagem acústica) e *significado* (conceito) — é arbitrário, ou seja, o significante se constitui pela diferença na relação com outros significantes, sem relação natural com o significado.

Todavia, a despeito de confrontar os pressupostos estabelecidos pela tradição, como vimos no exemplo de Aristóteles, Saussure (2012, p. 107) acaba por repeti-la quando se contenta a utilizar a expressão “signo”, uma vez que não sabe “[...] por que substitui-lo”. Se retomarmos a bipartição fala/escrita e a sobrepujarmos ao binômio significado/significante, notaremos uma repetição, ainda que em diferença. De um lado, teremos a fala e a sua ligação direta com o significado; e do outro, a escrita como representação da fala. No entanto, como já vimos, a fala, não mais ligada naturalmente ao significado, passa a ter função significante.

Por outro prisma, a desconstrução de Derrida (1973) em relação ao signo de Saussure produz um efeito semelhante ao do sistema fala/escrita. Isto é, o significado (imagem acústica), entendido já como mediação, como significante, só poderá formar sentido numa rede referencial. Traduzindo, sumirá a relação significado/significante, restando, ao fim e ao cabo, significante remetendo a significante. Para ilustrar isso, se procurarmos o significado de mediação no dicionário, seremos remetidos não mais a um significado, mas sim a outro significante, como, por exemplo, conciliação: conciliação

⁷ O termo é sem decisão fácil no próprio francês de Derrida, e pode ser traduzido como escrita ou escritura — isto é, a *écriture* como o desvio técnico que representa a fala, e *écriture* como o gesto da desconstrução, ou que fala mais de uma língua. Recomendamos a leitura do verbete “Escritura (*Écriture*)” no livro Glossário de Derrida (SANTIAGO, 1976).

nos levará a pacificação, pacificação a armistício, armistício a apaziguamento, e assim por diante.

Todavia, esse excesso de mediação (significante de significante) é uma ameaça ao edifício metafísico, pois barra a possibilidade de um significado transcendental (ou seja, da presença do significado). Assim, quando se reconhece tal excesso, fica demonstrado que “[...] a distinção entre significado e significante [...] torna-se impura e problemática em sua raiz.” (DERRIDA, 2001, p. 26). No entanto, a diferença entre significado e significante é indispensável para toda e qualquer tradução, como a que acontece todos os dias nas escolas e universidades, no processo de ensino-aprendizagem. Mas, nas palavras de Derrida (2001, p. 26), “[...] se essa diferença não é nunca pura, tampouco o é a tradução, e seria necessário substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro”.

Mediações em tradução

No trabalho “Mediação em Peirce e Latour”, Santaella e Cardoso (2020) abordam as concepções de mediação: lógica e radicalmente abstrata, em Charles S. Peirce; e antropológica-sociológica, em Bruno Latour. Ambos os pensadores, conforme Santaella e Cardoso (2020), são tributários de uma concepção não dualista em torno do tema — algo que nos interessa, com o intuito de fazer a articulação com o pensamento da desconstrução. Para tentar cumprir o nosso objetivo, tomaremos emprestado uma questão de Santaella e Cardoso (2020, p. 8): “[...] como a noção de mediação se relaciona com a noção de tradução?”.

Elucidamos acima, e de forma breve, como Derrida (2001) pensa a questão da tradução. Agora, demonstraremos, por meio de uma citação de Latour, como essa aproximação entre mediação e tradução pode ser possível. De acordo com Santaella e Cardoso (2020), a proposta sociológica de Latour, ao “[...] revisar a própria noção de ‘social’ para incluir atores humanos e não humanos”, observa que os atores de uma rede podem atuar sem alterar os seus fluxos (o que denominou de intermediários) ou alterando sua própria configuração (os denominados mediadores).

No sentido tradicional de tradução, a operação tradutória apela ao significado transcendental. Ao sobrepor essa noção com o que Latour (2012, p. 65 *apud*

SANTAELLA; CARDOSO, 2020, p. 19) pensa sobre os atores intermediários, vemos o seguinte: “Um intermediário [...] é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai.” Já numa perspectiva desconstrutivista, quer dizer, pensando-se a mediação como tradução, e tradução como transformação, Latour (2012, p. 65 *apud* SANTAELLA; CARDOSO, 2020, p. 19) se aproxima da noção derridiana quando diz que “Os mediadores [...] não podem ser contados como apenas um, eles [...] transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam”.

Como tentamos relevar, a questão da tradução é também a questão da mediação. Como a desconstrução, e agora, diremos mediação, fala sempre mais de uma língua, passaremos a pensar em desconstruções, ou melhor, mediações. Mais uma jogada: a desconstrução é possível a partir de um ponto de ruína dentro da própria estrutura a se desconstruir. Isto é, ao se perceber, na estruturalidade de determinada estrutura, um pressuposto que a faça tremer, um elemento interno, e não externo a ela, é aí que se inicia um jogo em que se torna possível reorganizar tais unidades estruturais. Assim, pode-se desrecalcar o que estava recalcado pela lógica binária que a constituiu. Essa é a língua mesma da metafísica, e podemos percebê-la em alguns pares binários, como natureza/cultura.

Interessa-nos agora pensar, numa perspectiva desconstrutivista, o abalo ao par humano/não humano ou humano/máquina no contexto acadêmico e o que ele pode disseminar, sem ponto de parada. O que é, portanto, mediação tecnológica? Seria um equívoco, dessa visada que propomos, fazer essa pergunta, dizer esse *ti esti*. Seria prudente menos responder a essa questão e mais levar o termo a uma leitura limítrofe. O signo “mediação” já o colocamos no jogo. Já em relação ao signo que o adjetiva, “tecnológica”, temos que posicioná-lo, desde já, sob e ao risco de uma desconstrução.

MEDIAÇÃO, EDUCAÇÃO E CONTROLE

Pensar a mediação como um processo para além de uma relação dicotômica nos permite, entre outros vislumbres, perceber a estratégia que sustenta as manobras de mercado e nos devoram a todos, professores, estudantes, gestores, pesquisadores... Quando dirigentes escolares, sejam de instituições públicas ou privadas, reitores e pró-reitores, pautados muitas vezes por suas assessorias tecnológicas, decidem por adotar pacotes de empresas privadas para dar o suporte de uma plataforma que sirva de ambiente

pedagógico, estamos todos sendo forçados a transitar por lugares desconhecidos que, no entanto, têm uma lógica própria.

A mediação, diante disso, traz à tona a noção de modulação, prática que impõe uma subjetividade, se baseia no domínio, no controle, no poder, e, de modo algum, estaria a serviço de um processo de ensino-aprendizagem que pudesse ser considerado eficaz. Cassino (2018), ao analisar o conceito de modulação proposto por Gilles Deleuze, propõe uma comparação entre a sociedade de controle pensada por Michel Foucault, que tratava da docilização de corpos por meio da disciplina, ao passo que a modulação se insere na sociedade de controle de maneira sutil, estabelecendo mecanismos de influência. Nesse sentido, Silveira (2018, p. 37) destaca:

A modulação é um processo de controle da visualização de conteúdos, sejam discursos, imagens e sons. As plataformas não criam discursos, mas possuem sistemas algoritmos que distribuem os discursos criados pelos seus usuários, sejam corporações, sejam pessoas.

Uma vez que as plataformas não criam conteúdos, quem é responsável pelo árduo trabalho de manter a sua robustez, alimentar algoritmos e delinear sua Inteligência Artificial? Nós mesmos, é claro! Adotamos softwares proprietários cujo código-fonte é fechado e pertence a um grande investidor, e trabalhamos incessantemente para aprimorá-lo. Além de pagar para usá-lo, estamos dia a dia dizendo para ele o que fazer conosco mais adiante, o que nos vender e como devemos nos comportamos. Somos, assim, posteriormente, nós mesmos as mercadorias. Talvez a maioria de nós tenha feito isso crendo em uma educação tecnologicamente mediada e eficaz, sem, em momento algum, ter questionado o funcionamento desses dispositivos.

Se somos levados por essa correnteza sem esboçar qualquer espécie de reflexão, é porque está funcionando. Silveira (2018, p. 38) lembra que para “[...] modular é necessário reduzir o campo de visão dos indivíduos ou segmentos que serão modulados. É preciso oferecer algumas alternativas para se ver. A modulação encurta a realidade e a multiplicidade de discursos e serve assim ao marketing”. Acontece que o cenário está dominado pelas chamadas *big techs*, os grandes conglomerados de tecnologia e comunicação que determinam hoje o nosso jeito de ser, estar e agir.

Não cabe mais nos iludirmos com privacidade, segurança, tomada de decisão. O panóptico há muito ultrapassou o monitor de TV. Nesse campo das televisualidades e

chips, a ideia de liberdade ganha outra nuance, e sua reversibilidade é discutível. Quando cinco empresas determinam o jogo mundial, o risco já é infinitamente mais profundo que a derrota em uma copa. As Big Five ou Gafam⁸ lutam entre si com jogadas cada vez mais refinadas pelo controle dos nossos corpos.

Até aqui, sequer ampliamos esta discussão para o âmbito de eleições e a influência desses empresários no destino das nações, nas questões ambientais, na propagação de *fake news*, por exemplo. Morozov (2018), ao questionar o capitalismo de dados e a supremacia de plataformas digitais, enfatiza a necessidade do viés político para que se amplie a problematização que vai além de questões tecnológicas. “Há um motivo simples para o debate digital parecer tão vazio e inócuo: definido como ‘digital’ em vez de ‘político’ e ‘econômico’ desde o princípio o debate é conduzido em termos favoráveis às empresas de tecnologia” (MOROZOV, 2018, p. 29).

Desse modo, entendemos que a discussão em torno da mediação, no entanto, não pode estar circunscrita ao binarismo ser humano/tecnologia. Concordamos também com Sodré (2012) quando destaca que a estrutura que rege é de natureza técnica, e não há intenção de rejeitar ou demonizar a técnica, que é por si produto do humano, a intenção é integrá-la humanamente. Todavia, a partir de palavras do próprio autor, não entendemos como caminho a adoção indiscriminada de um termo inapropriado, sobrecarregado de interesses e que enviesa o processo que deveria ser de empoderamento e libertação.

Claro, as palavras pertencem à ordem daquilo que o antigo grego chamava de “convenção” (cultura), dimensão em que nos reconhecemos como “criadores”, mas o sistema em que elas se organizam nos é imposto como algo natural. Ao usarmos instrumentalmente as palavras, somos propriamente, por estrutura, “criaturas”, regidas por um código ancestral a cuja naturalização se esquivam criadores como os poetas e os artistas (SODRÉ, 2012, p. 158).

Assim como já vimos com outros estudiosos até aqui, Sodré (2012, p. 160) também alerta para a dimensão cultural, visto que sem ela a tecnologia tende a trancar-se em torno de si mesma, “[...] exercendo efeitos de fascinação pela eficácia do desempenho técnico que contempla a cognição individual, mas recalçando o vínculo com a comunidade e com o entorno sócio-histórico, esse mesmo que responde pela transitividade política do conhecimento. Seguindo esse raciocínio, o autor amplia a

⁸ Gafam é o acrônimo de Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, as cinco grandes empresas norte-americanas de tecnologia que dominam o mercado digital.

análise para o campo educacional e se associa a entendimentos freirianos, que não são excludentes no que se refere à tecnologia, mas que exigem criticidade: “A pedagogia de Paulo Freire comporta ou acolhe a tecnologia, mas, por seu compromisso visceral com a emancipação social, não é desencarnada, isto é, não está acima das condições sócio-históricas de produção e transmissão do conhecimento” (SODRÉ, 2012, p. 160).

Se nos pautamos em um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração, prioritariamente, a apropriação de conhecimentos e saberes e o suporte para que os seres humanos conduzam seus próprios processos, é fundamental que estejamos alinhados a uma perspectiva libertadora e alinhada com os movimentos da contemporaneidade. Dessa forma, como afirma Sodré (2012), o olhar de Freire não é excludente, mas propõe usos tecnológicos a serviço daquilo que o pensador entende como efetivamente educação, das relações que se constroem em seu entorno.

O sentido, ou um dos sentidos principais, que me motiva a tratar este tema é sublinhar a importância da relação em tudo o que fazemos na nossa experiência existencial enquanto experiência social e histórica. A importância da relação das coisas entre elas, dos objetos entre eles, das palavras entre elas na composição das frases e destas entre si, na estrutura do texto. Da importância das relações entre as pessoas, da maneira como se ligam – a agressividade, a amorosidade, a indiferença, a recusa ou a discriminação sub-reptícia ou aberta. As relações entre educadoras e educandos, entre sujeitos cognoscentes e objetos cognoscíveis (FREIRE, 1997, p. 68).

Freire (1997) salienta que somos os únicos seres com a capacidade de atuar como objetos e sujeitos das relações, sejam as que experienciamos com os outros ou com a História, lembrando que essa última também nos faz e refaz. “Entre nós e o mundo as relações podem ser criticamente percebidas, ingenuamente percebidas ou magicamente percebidas, mas, entre nós há uma consciência destas relações a um nível como não há entre nenhum outro ser vivo com o mundo” (FREIRE, 1997, p. 68). Chamar Freire para o debate tem o intuito de, a partir de suas ponderações, mais uma vez, notarmos a fragilidade pedagógica do que tem se denominado como mediação tecnológica. As tecnologias digitais em rede entram como suporte, não como centralidade — é preciso descentrar, como vimos com a desconstrução —, como um dos elementos, como recurso, já que ensinar e aprender, para o autor, se sustenta em um “[...] esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir *entrando* como sujeito em aprendizagem, no processo de

desvelamento que o professor ou a professora deve deflagrar” (FREIRE, 1996, p. 134, grifo do autor).

No tocante à conexão entre educação-tecnologias-materialidades, Lemos (2021) destaca que tendemos a conceber a educação como processo natural, muitas vezes em oposição a qualquer forma de artificialização associada às novas tecnologias ou outros processos técnicos. Entretanto, reforça o autor, esse entendimento associado a “[...] artifício é prejudicial, pois parte-se de uma visão purificada do processo educacional e da escola. No entanto, a escola é um espaço artificial, uma rede de um amplo manancial de artefatos, criado justamente para dar lugar a esses processos” (LEMOS, 2021, p. 96). Ao dizer isso, pontua que esse cenário é necessário em razão de diversos fatores que contribuem para a eficácia do ambiente escolar, porém traz pistas de que não cabe nesse desenho se imaginar um sistema linear de mediação. “Não se pode romantizar. Não há nada de natural na escola. O ambiente escolar é um híbrido de instrumentos educacionais e disciplinas desde sempre [...] e tem aí mesmo o seu valor (LEMOS, 2021, p. 97).

Como já dissemos, a proposta que trazemos aqui não se baseia em oposições, dicotomias. Ao contrário, concordamos com André Lemos (2021, p. 97) quando diz que o espaço escolar é “[...] importante e não se pode substituí-lo simplesmente por relações não presenciais mediadas por computadores. Não se deve tornar precário o trabalho e simplesmente trocar os professores por robôs algorítmicos. Não é esse o ponto”. Pensar a educação pela ótica das mediações pressupõe reconhecer a multiplicidade de actantes envolvidos no processo, o papel de cada um deles e, sobretudo, fazer tremer as estratégias hegemônicas que permeiam essas relações.

IN-CONCLUSÕES

Chegamos aqui sem uma ideia fechada acerca do quem vem a ser mediação, especificamente no contexto comunicacional. Efetivamente, não era mesmo isso que pretendíamos, nem poderíamos. Partimos da inquietação com o uso indiscriminado do termo associado ao fazer educacional e, especificamente, agarrado às tecnologias digitais em rede, sem levar em conta os meandros da cultura digital. A partir das premissas da Teoria Ator Rede, de Latour, trazidos por diversos estudiosos, entre eles Santaella e Cardoso (2020) e Lemos (2021), compreendemos que a esfera educacional é constituída por uma série de actantes e que todos eles, de algum modo, estão encadeados. Nosso risco

em aproximar comunicação e desconstrução nos permitiu entrar num jogo que nos provocará, sempre, a traduzir a questão das mediações. A “interação” de Primo (2008, 2016) e os mediadores de Latour serviram-no bem como demonstração disso.

Professores, estudantes, plataformas, hardwares, todos estão de alguma maneira conectados e envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Não cabe, portanto, ao nosso ver e até este momento, falar em mediação tecnológica, educação mediada por computador, tampouco em mediação pedagógica, por exemplo. A discussão estaria além do binômio homem-máquina. Desse modo, entendemos que não podemos atribuir a centralidade do processo para o aparato tecnológico, muito menos considerar que está exclusivamente sob um controle do educador. Como Martín-Barbeiro (2009) e Sodré (2012), reforçamos o caráter cultural imanente e a inevitabilidade de se tratar como mediações.

Não damos aqui a discussão como encerrada, pois o jogo apenas começou, já que estes são escritos iniciais, baseados em primeiras aproximações teóricas. Nossa intenção é fomentar o debate e provocar uma livre interação entre todos os elementos que o envolvem, e, com isso, esperar por sua disseminação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luis Felipe Silveira de; COLLING, Giovana dos Passos; SILVA, Alexandre Rocha da. A estrutura grafemática da comunicação: notas de um pensamento comunicacional em Jacques Derrida. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 29., 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/217252>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CASSINO, João Francisco. Modulação deleuzeana, modulação algorítmica e manipulação midiática. *In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Ed. Hedra, 2018. p. 13-30.

DERRIDA, Jacques. Carta a um amigo japonês. Tradução de Érica Lima. *In: OTTONI, Paulo. Tradução: a prática da diferença*. 2. ed. rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2005. p. 21-27.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Ianini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 12. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

LEMOS, André. **A tecnologia é um vírus**: pandemia e cultura digital. Porto Alegre: Sulina, 2021.

MOROZOV, Evgeny. **Bib Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida e a literatura**: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

PRIMO, Alex (org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SANTAELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcísio. Mediação segundo Peirce e Latour. Juiz de Fora, **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, v. 14, n. 3, p. 5-21, set/dez. 2020. Acesso em: 1 jul. 2022.

SANTIAGO, Silviano. (Sup.). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *In*: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Ed. Hedra, 2018. p. 31-46.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.